



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

CURSO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO À LUZ DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO
E ENFRENTAMENTO NO PODER JUDICIÁRIO



TJPAPRC0202304248V01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR.
Use 3823906.25608221-6135 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3823906.25608221-6135>
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA *Data e hora: 14/11/2023 07:52





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	
SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE: Escola Judicial do Estado do Pará	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA – Jeferson Antônio Fernandes Bacelar	
MATRÍCULA: 191736	TELEFONE: (91) 3110-6827
E-MAIL: E-MAIL: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br	

<p>1. Justificativa da necessidade da contratação</p> <p>A prevenção e adequado enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e a discriminação no ambiente laboral constitui preocupação cada vez mais relevante no contexto global e nacional, com a ampliação do debate sobre os mecanismos existentes para promoção de um ambiente de trabalho mais saudável e o respeito aos direitos humanos e as diferenças.</p> <p>No âmbito do Poder Judiciário o tema ganhou especial relevo desde a edição, em 28 de outubro de 2020, da Resolução nº 351 pelo Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Política específica com a finalidade de viabilizar o adequado tratamento e enfrentamento desses temas no ambiente interno de trabalho, sendo que sua implementação e aplicação é de caráter mandatório.</p> <p>Diversas regras, inclusive diversas convenções internacionais, já incorporadas ao ordenamento jurídico pátrio com <i>status</i> de norma constitucional, já estabeleciam a necessidade de que se garanta, a todas as pessoas, uma convivência livre de violência e de qualquer forma de discriminação.</p> <p>Tal é a importância de uma política específica voltada ao ambiente laboral do Poder Judiciário, impondo procedimentos e diretrizes concretizadoras do respeito à igualdade, diversidade e não-discriminação, através de diversos mecanismos, tais como a promoção da comunicação horizontal, fomento ao diálogo e ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa interna pelos órgãos do Poder Judiciário.</p> <p>O Tribunal de Justiça do Estado do Pará instituiu suas Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação ainda no ano de 2021 (Portaria nº 2611/2021-GP, de 03 de agosto de 2021), iniciou atividades de estruturação, capacitação e sensibilização sobre assédio e discriminação, bem como possui canal de escuta e acolhimento em funcionamento.</p>
--





Assim, a presente proposta de curso foi elaborada visando atender a demanda necessária de difusão do tema, notadamente, da Resolução CNJ nº 351/2020 e 518/2023, dando cumprimento ao dever de difusão da Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, assim como em conformidade com a diretriz de implementação, na Escola Judicial, do tema da prevenção e enfrentamento do assédio moral, mediante programa de aperfeiçoamento específico, relacionando-o com os processos de promoção à saúde no trabalho (art. 4º IV da Res. 351/2020). Espera-se, ao final da formação, que os membros da comissão sejam capazes de planejar, estruturar e executar programas e trabalhos voltados à prevenção do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação, em especial o atendimento e o acolhimento dos envolvidos em conflitos.

2. Alinhamento com o Planejamento Estratégico e informar se consta no Plano de Contratações do TJPA, e, na ausência, justificar e informar as providências tomadas para a atualização do Plano

A presente demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará (2021-2026), vinculada ao Macrodesafio: Agilidade e Produtividade na prestação jurisdicional, visando implementar a etapa 3.7.3 que trata da elaboração de cursos de capacitação para magistrados(as) e servidores(as) que versem sobre rotinas padronizadas de trabalho.

A presente demanda consta no item EJ4A23 do plano de contratações do Poder Judiciário do Estado do Pará para o ano de 2023. E em atendimento a Portaria nº 1094 do TJPA, o presente documento será regido pela Lei de Licitações nº 8.666, de 21 de junho de 2023.

3. Quantidade de bem / serviço a ser contratada

Serviço de capacitação na modalidade de ensino remoto pela plataforma Teams, para magistrados e magistradas, servidores e servidoras do TJPA que são membros das comissões de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação.

4. Previsão da data em que deve ser iniciado o fornecimento dos bens / a prestação dos serviços

27 de novembro de 2023.

Carga horária: 10 horas

5. Indicação dos integrantes das equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação



TJPAPRO202304248V01





5.1. Equipe de planejamento da contratação

Integrante Demandante

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Matrícula: 191736

Telefone: (91) 3110-6815

E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br

Integrante Técnico

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 87173

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

5.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Matrícula: 191736

Telefone: (91) 3110-6815

E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br

Fiscal Demandante

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 87173

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

Fiscal Técnico

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 87173

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

Justificativa: O fiscal demandante será o mesmo fiscal técnico, pois a servidora possui expertise, competência técnica e habilidade para atuar em ambos os casos.



TJPAPRO202304248V01





Belém, 17 de abril de 2023.

Responsável pela Formalização da Demanda
Diretor de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará
Jeferson Antônio Fernandes Bacelar



TJPAPRC202304248V01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR.
Use 3823906.25608221-6135 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3823906.25608221-6135>
Documento gerado por SÍDALIA DO AMARAL FERREIRA *Data e hora: 14/11/2023 07:52

